



SALVADOR E SUAS CORES [2020]
Ensino, pesquisa e extensão das relações étnico-raciais nos cursos
de arquitetura e urbanismo em África e Brasil

URBANO E A RAÇA: PRODUÇÃO DA CIDADE DE SÃO PAULO E O MOVIMENTO NEGRO¹

DESIRÉE FIGUEIREDO CARNEIRO²

Resumo: Considerando que a cidade agrega uma série de camadas sociais, econômicas e históricas em sua estrutura, esse texto almeja, a partir da cidade de São Paulo, investigar as relações entre a raça e as disputas na produção do espaço urbano. Assim, em um momento inicial realiza uma apresentação da noção de raça ligada a lógica da colonialidade e da construção de hierarquias, para então realizar um apanhado histórico de políticas urbanísticas paulistanas e levantar algumas pistas das dinâmicas de produção de cidade no momento atual. Então, a partir do agente do Movimento Negro paulistano faz um levantamento histórico de sua atuação e sistematiza algumas entrevistas com militantes atuantes no movimento hoje com o objetivo de levantar alternativas para uma produção urbana que almeje espaços igualitários e antirracistas.

Palavras-chave: Produção Urbana, Raça, São Paulo, Movimento Negro.

A pauta racial está em um momento de evidência em âmbito nacional e global, sendo possível destacar alguns fatos recentes que provocaram discussão e mobilização no país, como a mortes por violência policial em diversos estados do Brasil, ou ainda o movimento Vidas Negras Importam, ou *Black Lives Matter*, que foi berço de uma série de protestos nos Estados Unidos. Tais reivindicações e denúncias midiáticas recentemente fazem parte de pautas construídas de maneira histórica e trazem questões estruturais como a violência policial, a negação de direitos e a carência de oportunidades. Partindo da condição que essas pautas se territorializam no espaço urbano urge o questionamento que conduz esse trabalho a partir de um recorte da cidade de São Paulo, quais são as estratégias da luta antirracista que atuam e estruturam diretamente o território?

Tal questionamento é complexo e requer a compreensão de um plano de fundo para esse cruzamento entre as questões urbanas e raciais. Organizo esse texto então em três partes principais: a primeira visa um breve apontamento da construção da noção de raça

¹ O texto aqui apresentado é segmento do Trabalho Geral Integrado (TGI) em desenvolvimento, intitulado "A Raça e o Urbano: Desigualdades e Potências". O trabalho é realizado no Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAUUSP), sob a orientação dos professores Joubert Lancha e Marcel Fantin.

² Estudante de graduação do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAUUSP). desiree.carneiro@usp.br.



SALVADOR E SUAS CORES [2020]

Ensino, pesquisa e extensão das relações étnico-raciais nos cursos
de arquitetura e urbanismo em África e Brasil

no Brasil a partir da lógica da colonialidade imposta nesse território; a segunda é um apanhado da produção da cidade de São Paulo no fim do século XIX e no início do século XX que relacionam de maneira clara os aspectos de raça, até alguns apontamentos sobre ações mais contemporâneas, com o intuito de ilustrar e alimentar uma discussão teórica sobre o assunto; e finalmente a terceira parte se trata de um apanhado a respeito de ações do movimento negro na capital paulista e sua atuação direta sobre o território como uma investigação sobre as estratégias utilizadas para a construção de alternativas a lógica racializada e desigual que hegemonicamente constrói a cidade.

Noção de Raça

Para uma investigação sobre sua relação com o urbano, é importante apontar a construção da noção de raça na América Latina, mais precisamente no território brasileiro. Assim, ela é consolidada aqui como forma de legitimar as dominações sociais construídas na colonialidade. A ideia de raça, em seu sentido moderno, se constrói com a constituição da América em seu sentido colonial. (Quijano, 2005) O momento de expropriação e diáspora forçada dos povos africanos para os territórios naquele momento colônias, e sua transformação em homem-objeto, foi o primeiro momento de consolidação dessa noção raça, assim com construção da noção do negro. Elas nascem então a partir do branco, construindo o seu outro, que são inferiores a partir da lógica eurocêntrica. Como aponta Mbembe (2014, p.144):

O regime da plantação e, mais tarde, o regime colonial instituíram, na realidade, a questão da raça enquanto princípio de exercício de poder, uma regra de sociabilidade e mecanismo de imposição de comportamentos em nome do aumento da rentabilidade económica. As ideias modernas de liberdade, igualdade e até de democracia são, deste ponto de vista, historicamente inseparáveis da realidade da escravatura.

É nesse momento histórico, de braços dados a colonialidade, que a noção de raça não só hierarquiza a sociedade, colocando brancos em vantagem em relação aos não brancos, como organiza os papéis produtivos dentro do sistema capitalista que se consolida mundialmente com a estrutura ali formada. Assim, mesmo não dependentes entre si para existir, raça e divisão do trabalho estão estruturalmente associados. Essas dinâmicas proporcionam também o início da urbanização desses territórios latino americanos, a qual possui esses valores hierárquicos na composição desses espaços.



SALVADOR E SUAS CORES [2020]

Ensino, pesquisa e extensão das relações étnico-raciais nos cursos
de arquitetura e urbanismo em África e Brasil

Todos esses processos são realizados com extrema violência e imposição não só da organização social e econômica, mas da subjetividade do colonizador, implementando um completo apagamento histórico e cultural das formas de existir de povos negros e indígenas, além de atribuir a esses povos uma nova definição racializada, colonial e negativa, na qual sua cultura era primitiva ou anterior³ as lógicas europeias. Esse outro racializado torna-se um objeto ameaçador, um perigo constante do qual é necessário proteger-se. (Mbembe, 2014) Essas formas de violência não foram apenas maneiras de gerenciar o presente, mas de organizar os territórios e as relações futuras.

Nesse contexto, a independência formal dos Estados na América Latina não rompe com essas lógicas, mas apenas fortalece o caráter colonial da dominação social e política. Assim, no Brasil, a exploração sofrida pelos povos subalternizados construiu os privilégios dos brancos, esses em controle dos Estados, evidenciando que do ponto de vista dos dominadores, seus interesses estavam muito mais próximos das elites europeias. Os processos de independência na América Latina foram então reorganizações da colonialidade do poder. (Quijano, 2005)

Entretanto, é necessário não limitar a experiência não-branca ao empobrecimento do significado de si. Em oposição a tais violências esses povos são potências sociais, ao sobreviverem e resistirem a esse contexto que os inventou nesse papel social. Atentando-se especificamente a situação urbana do negro esse texto almeja olhar a partir das práticas do subalternizado para suas estratégias territoriais de perturbação da lógica hegemônica como uma alternativa de construção de cidade. Como fala Mbembe (2014, p.19) em relação ao negro:

Humilhado e profundamente desonrado, o Negro é, na ordem da modernidade, o único de todos os humanos cuja carne foi transformada em coisa, e o espírito, em mercadoria - a cripta viva do capital. Mas - e esta é a sua manifesta dualidade -, numa reviravolta espetacular, tornou-se o símbolo de um desejo consciente de vida, força pujante, flutuante e plástica, plenamente engajada no ato de criação e até de viver em vários tempos e várias histórias ao mesmo tempo.

³ Quijano (2005) fala também dessa distorção temporal causada pela colonialidade, na qual toda produção não-europeia era vista como primitiva, anterior, a partir desse entendimento linear da noção de tempo.



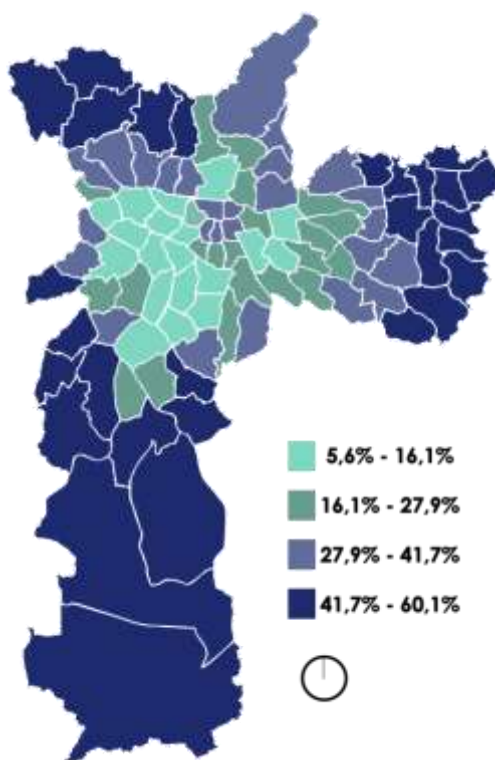
SALVADOR E SUAS CORES [2020]
Ensino, pesquisa e extensão das relações étnico-raciais nos cursos
de arquitetura e urbanismo em África e Brasil

Se partirmos então dessa noção do negro não mais como o subalterno construído pela colonialidade, mas como esse ser que símbolo do desejo de vida, que reivindica e propõe seu espaço, é necessário se atentar quais foram e são as práticas do povo preto organizado que visam construir territórios a partir de lógicas mais igualitárias. Assim, para entender tal relação propositiva, farei alguns apontamentos sobre a produção cidade de São Paulo para que consigamos construir um retrato sobre esse espaço de disputa.

Produção do Urbano e a Raça em São Paulo

A cidade materializa as relações sociais constituídas por meio do racismo. Nesse sentido, utilizarei como recorte a cidade de São Paulo como forma de ilustrar discussões teóricas, bem como alimentá-las. Assim, há na configuração atual da cidade de São Paulo a evidência histórica de um desenvolvimento urbano ligado a racialização de populações, a partir de uma nítida periferização desses grupos sociais.

Figura 01: Mapa porcentagem população negra em São Paulo



Fonte: Elaboração da autora - dados Mapa da Desigualdade, 2019

Partirei então de alguns apontamentos de legislações e políticas urbanas do fim do século XIX e início do século XX que nos ajudam a visualizar a construção histórica da



SALVADOR E SUAS CORES [2020]

Ensino, pesquisa e extensão das relações étnico-raciais nos cursos
de arquitetura e urbanismo em África e Brasil

cidade na atualidade. Dentro desse contexto, o Estado possui um papel importante na conformação do espaço urbano desigual. Tal agente atua de maneira estrutural, reforçando a subalternidade dos não-brancos, a partir do que Almeida (2016) chama de racismo institucional, ou ainda a branquidade do Estado que Paterniani (2016) se refere. Extrapolando comportamentos individuais, essas dinâmicas são resultado do funcionamento das instituições, nesse exemplo particular, o Estado. Paterniani (2016) destaca ainda as políticas urbanísticas como uma das atuações mais sintomáticas dessa branquidade⁴.

A relação da população negra com o espaço, intermediada pela ação do Estado e tensionada pelas noções de ilegalidade e legalidade, se anuncia antes mesmo do período pós-abolicionista. Martins (2010) discute o modelo de ocupação territorial do Brasil ainda no período escravocrata baseado na economia de exportação e no latifúndio, que vai colocar na propriedade da terra um valor necessário para a manutenção do poder, como o autor explica: “(...) fórmula simples da coerção laboral do homem livre: se a terra fosse livre, o trabalho tinha que ser escravo; se o trabalho fosse livre, a terra tinha de ser escrava.” (p.10). O autor se apoia então na noção de que para que os grandes fazendeiros permanecessem com o domínio do capital, era necessário que a propriedade da terra fosse atribuída a eles, gerando a negação do acesso aos negros no período pós-abolicionista. Tal dinâmica nega o acesso à terra para populações posteriormente libertas e tem como expressão maior a Lei de Terras, de 1850⁵.

O rompimento do modelo de escravização traz, além de um deslocamento da população negra como mão de obra, uma alta importação de mão de obra europeia, gerando também um acesso tardio dos negros ao mercado de trabalho industrial. Assim, a abolição significou para a construção do espaço urbano o crescimento populacional e aumento da densidade, o embranquecimento com as migrações e a intensa redefinição do território. (Rolnik, 1989) Esses aspectos são importantes pois, como aponta Campos (2012), o impedimento a propriedade de terras e a inserção tardia ao mundo urbanoindustrial são dois aspectos que estruturam a pobreza do povo preto. São Paulo abriga esse fenômeno como eixo econômico na época.

⁴ Outro aspecto citado pela autora é a violência policial. ⁵ Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850



SALVADOR E SUAS CORES [2020]

Ensino, pesquisa e extensão das relações étnico-raciais nos cursos
de arquitetura e urbanismo em África e Brasil

Nesse momento de transição territorial a população negra se fez presente em ocupação de quilombos urbanos e rurais. O bairro do Bexiga ilustra essa questão, tendo sido originalmente o quilombo do Saracura. Diversos espaços urbanos foram construídos como espaços da ocupação negra, como mercado e locais de irmandade religiosa. (Rolnik, 1989)

Nesse contexto, o Código de posturas de 1886⁵ busca organizar essa nova cidade. Ele cita pela primeira vez o espaço urbano, demarcando-o na legislação, e impondo não só a maneira de se construir sua infraestrutura, mas quais práticas eram passíveis de ocorrer ali. Nesse momento ele exclui da cidade atividade negras como a ação das quituteiras, de pais de santo e ocasiona a transferência de mercados. Como aponta Rolnik (97, p.61): “(...) a legalidade urbana foi construída a partir de um padrão único e supostamente universal, que genericamente correspondia ao modo de vida das elites paulistanas no momento em que os instrumentos legais foram propostos.” Assim, a legislação criava espaços onde essas práticas poderiam acontecer, áreas suburbanas sem a ordem do Estado, um lugar de obscuridade para esse agente.

O Código Sanitário de 1894⁶ apenas reforçou essa lógica já anunciada. A normativa reiterou a construção urbana da ilegalidade quando, por exemplo, proibia a construção de cortiços e permitia que as vilas operárias higiênicas fossem construídas fora da aglomeração urbana. Um posicionamento extremamente rígido na criação desse modelo, que não levou em consideração a configuração já estruturada naquele momento e as pessoas que ali residiam, por exemplo, na grande quantidade de cortiços a época. Tal processo de limpeza do centro velho é legitimado também por uma série de reformas dos planos de melhoramento da capital, no governo de Antônio Prado. Conhecido como prefeito que apagou a taipa, sua gestão foi marcada por uma primeira onda de modernização da cidade de São Paulo⁷. Tais reformas produzem um espaço central da

⁵ lei n.136, de 08.06.1886.

⁶ Decreto n° 233, de 02/03/1894

⁷ Do Nascimento (2019, p.10) destaca como atuação de Antônio Prado: “a reforma do Vale do Anhangabaú com a criação do jardim e a construção do Teatro Municipal; a edificação de um novo Viaduto do Chá para acomodação de novos bairros de elite nos Campos Elíseos; os investimentos em reforma na estação e Jardim da Luz e a reurbanização do Parque D. Pedro II. Prado reformou a cidade, de modo que cada vez menos se reconhecesse a cidade de Taipa; agora ela era a cidade de Tijolo, a nova Paris, a “cidade dos italianos”



SALVADOR E SUAS CORES [2020]

Ensino, pesquisa e extensão das relações étnico-raciais nos cursos
de arquitetura e urbanismo em África e Brasil

formalidade, da legalidade, no qual não cabiam nesse decoro urbano algumas práticas e formas de viver. Nascimento (2019) ilustra o instrumento da desapropriação como um dos mais utilizados nesse processo, a partir do caso na região da Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, hoje localizada no Largo do Paissandu, mas originalmente construída no Largo do Rosário. A autora aponta o local como não apenas de religião, mas de moradia e cultura da comunidade negra, e que passa por essa desapropriação em nome da modernização da cidade.

Essas medidas estruturam uma cidade segregada, cuja subjetividade já se anuncia na cidade da colonização narrada por Fanon (1968). Quando o autor aponta uma cisão entre a cidade do colono e a cidade do colonizado ele traz a cidade do colono como a cidade da formalidade, da estrutura urbana, da legalidade, e dos brancos. Em contraposição, a cidade do colonizado que é antes de tudo uma cidade mal-afamada, assim como seus habitantes negros, árabes e indígenas, mas ainda a cidade da informalidade, das carências.

Assim, de maneira mais ampla, diversas reformas urbanas que se deram no país do fim do século XIX e início do século XX que se baseiam na corrente do higienismo/sanitarismo, as quais reforçaram a dificuldade do acesso à terra e a boa infraestrutura urbana para alguns grupos sociais. Muito pautada na anulação de construções como os cortiços, essas reformas expulsaram populações da área central e estimularam ocupações periféricas, retirando em grande medida comunidades formadas por negros, o que, segundo Campos (2006), ratificou sua invisibilidade no urbano e sua subalternização. Tais abordagens sanitárias e urbanísticas da cidade, traziam o discurso da raça e da cultura, na busca da cidade asséptica, civilizada, que também trazia a noção de racialmente higienizada. (Lira, 1999).

Desse modo, a cidade de São Paulo então tem uma série fenômenos desenhada a partir da década de 30, com um movimento de periferização, abrindo espaço para a expansão urbana e marcada por abertura de loteamentos e autoconstrução. A agressividade desses processos é também apontada por Rolnik (97, p.66):

O ataque era simultaneamente real e imaginário; como em toda operação urbanística, tratava-se de associar um conjunto de intervenções físicas a uma rede de significados



SALVADOR E SUAS CORES [2020]

Ensino, pesquisa e extensão das relações étnico-raciais nos cursos
de arquitetura e urbanismo em África e Brasil

culturais e políticos. No caso específico de São Paulo, importava politicamente aos novos dirigentes da nação - banqueiros, industriais, comerciantes e cafeicultores - inscrevem-se como classe vitoriosa no espaço físico, além de, evidentemente, transformá-lo em fonte de lucro nos novos termos definidos pela economia urbana. Isso se deu por meio de reformas urbanas que, como veremos, deslocaram territórios negros e bloquearam seus circuitos, bem como através de ampla desqualificação e estigmatização desse território, em nome da luta contra a promiscuidade. Deste modo, essas situações históricas vão construir a inserção do negro no espaço urbano paulistano que vai desencadear na estrutura desigual de oportunidades que possuímos hoje. Entretanto, ainda há uma urgência em contemplar a temática da raça de forma mais ampla nas investigações acadêmicas a respeito das diversas políticas urbanísticas e habitacionais, ao decorrer do século XX até o momento atual, levando em consideração também a atuação cada vez maior do capital financeiro no espaço urbano.

No Brasil, é possível citar, evidenciando um processo mundial, a participação do capital financeiro na produção habitacional e urbana, a partir de dinâmicas operadas por entes privados e pelo poder público⁸. Em estudos a respeito do território estadunidense Fields e Raymonds (2016) afirmam a violência financeira como violência racial, apontando, por exemplo, como a abstração dos processos financeiros auxiliam na perpetuação da divisão racial da cidade. Diversos estudiosos narram esses processos em território brasileiro, entretanto, ainda não abrangem extensamente a temática da raça nessas discussões.

É necessário destacar aqui que diversas políticas como a Política Nacional de Habitação (2004), Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial (2009), Estatuto da Igualdade Racial (2010), trazem a necessidade de promoção de oportunidades, também no aspecto habitacional, a partir do critério de raça. Essencial apontar também as pressões do movimento negro por essas legislações. Entretanto, na execução das políticas públicas, não há uma efetivação dessas diretrizes, não considerando na prática a raça como elemento importante na construção do espaço.

Nesse contexto de negação de direitos institucionais e de disputa da terra por parte interesses privados e financeiros, trago brevemente para ilustrar essas questões na contemporaneidade uma leitura sobre a categoria de demanda habitacional fechada, ou demanda por reassentamento da prefeitura municipal de São Paulo. Tal demanda se refere a famílias removidas de suas moradias pelo Estado, por razões como urbanização

⁸ Uma vasta produção possibilita uma análise melhor dessa temática: Rolnik (2015); Fix (2001); Shimbo (2012); Harvey (2016); Aalbers (2012); entre outros autores.

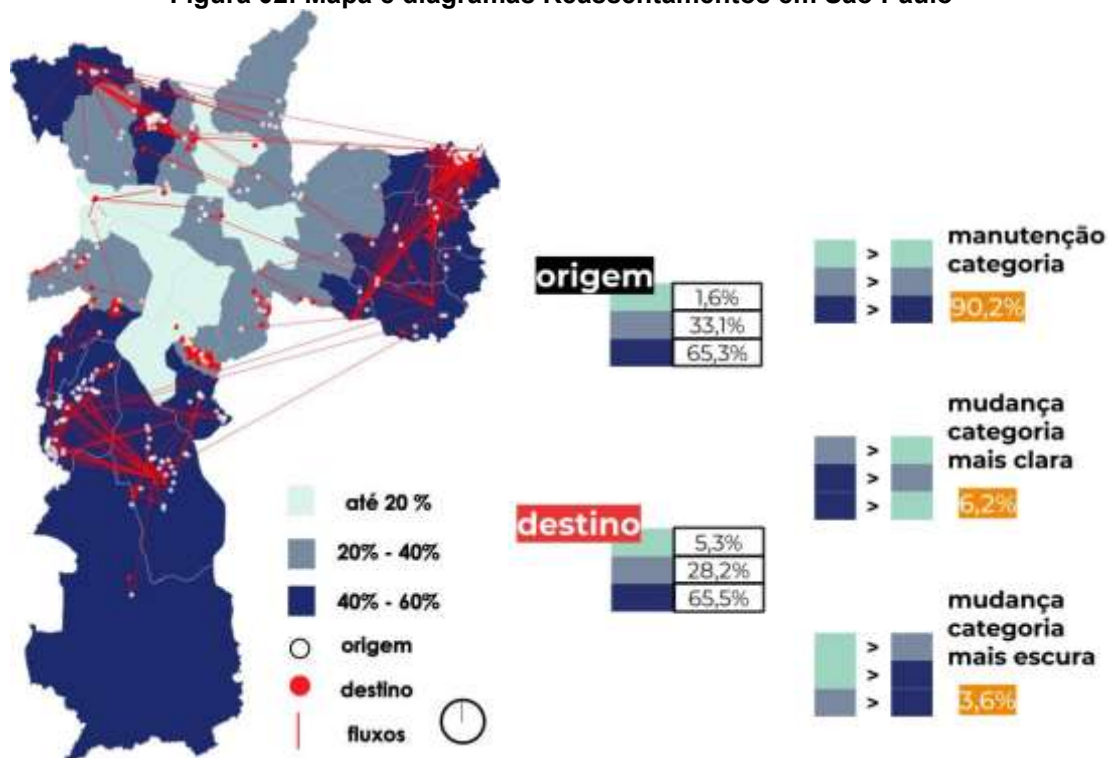


SALVADOR E SUAS CORES [2020]
Ensino, pesquisa e extensão das relações étnico-raciais nos cursos de arquitetura e urbanismo em África e Brasil

de favelas e operações urbanas, e que são direcionadas para uma nova moradia pelo próprio Estado. Há uma denúncia recorrente em processos de remoção da não garantia de direitos e da subordinação de necessidades sociais a agendas econômicas, como no exemplo das operações na Luz em São Paulo.

Nesse contexto, a promoção da propriedade privada pelo Estado, no formato dos conjuntos habitacionais de interesse social é a resposta institucional para essas remoções, quando as famílias possuem o direito a nova moradia efetivado. Para uma parcela, a medida provisórias do auxílio aluguel, no valor de R\$400,00 mensais atualmente, acaba por se estender por anos e em outros casos as famílias nem tem acesso a essas medidas. A construção desses conjuntos habitacionais muitas vezes reforçam os padrões de segregação da cidade já consolidada, evidenciando que a política pública não atua como forma de reverter ou amenizar as desigualdades expostas no espaço urbano, mas funciona em muitos momentos a partir da lógica do mercado e trabalha essa provisão habitacional considerando a casa em seu valor de troca, ou seja, tratando-a como uma mercadoria.

Figura 02: Mapa e diagramas Reassentamentos em São Paulo



Fonte: Elaboração da autora; dados de reassentamento-LabCidade, 2015; dados raça-São Paulo diverso, 2010



SALVADOR E SUAS CORES [2020]

Ensino, pesquisa e extensão das relações étnico-raciais nos cursos
de arquitetura e urbanismo em África e Brasil

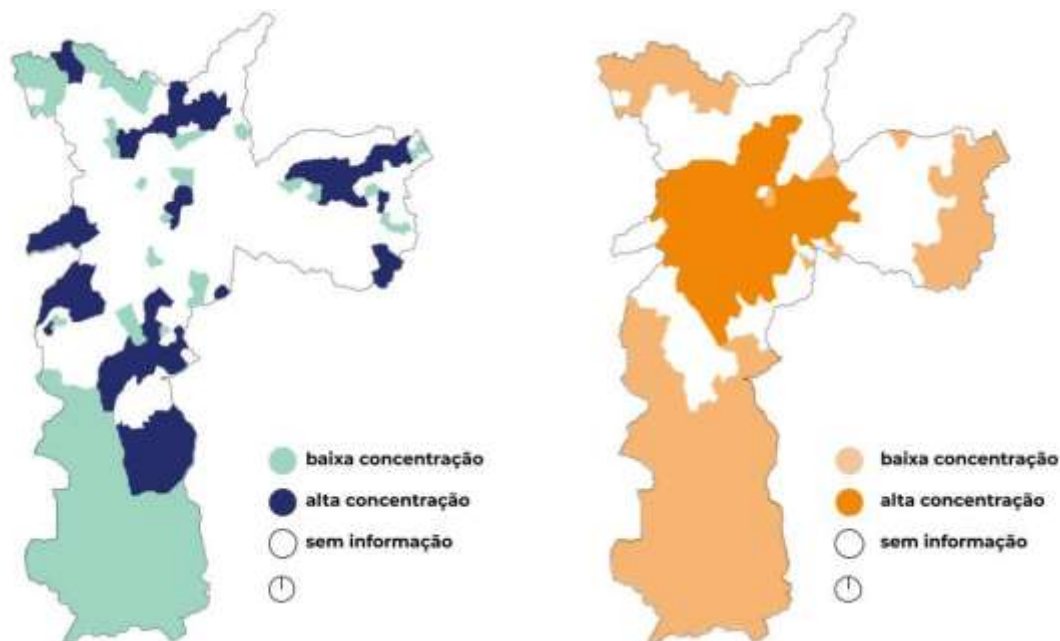
Os reassentamentos da cidade de São Paulo ilustram essa discussão. A partir da figura 02 é possível observar a produção dessas habitações majoritariamente de forma periférica, não ocupando as áreas centrais, majoritariamente de brancos, mas também área bem servida de infraestrutura e oportunidades. Os dados também reforçam a maior homogeneidade racial vista nas áreas centrais, como aponta França (2017). Ademais, os dados apontam também que mesmo com o fluxo de famílias, grande parte da população, 90,2%, permanece em subprefeituras da mesma categoria racial, como aponta o mapa, evidenciando que a política reproduz uma lógica já existente da cidade. Tais análises apenas reforçam a urgência da efetivação de diretrizes em políticas públicas que buscam promover o acesso a direitos de populações racializadas.

A partir desse retrato da cidade de São Paulo, é possível afirmar que os padrões de segregação socioespaciais que reverberam e mantêm a sociedade desigual, tem na raça um de seus elementos essenciais de hierarquização. As diferentes configurações afirmam as subjetividades e as diferentes oportunidade acessadas pelos grupos sociais distintos. Tal padrão de segregação racializado influencia a qualidade de vida da população, a partir de questões como acesso a habitação de qualidade, vizinhanças seguras, bons equipamentos de educação e saúde, oportunidade de emprego, entre outros aspectos largamente influenciados pelo local de moradia. (Squires; Kubrin, 2005) A segregação é um fenômeno relacional e ela pode ser definida como a distância física entre os grupo, mas também a partir da homogeneidade da composição social dos espaço. A questão da segregação espacial extrapola a dicotomia centro e periferia, como ilustra França (2017) ao destacar as redes de contatos e lugares que constroem rotineiramente a vida dos indivíduos, ampliando assim o entendimento de segregação. O autor também aponta que a segregação extrapola a questão de classe, apresentado a distribuição racial a partir do congelamento de uma classe (figura 03 e figura 04), a qual apresenta negros de camadas ricas ocupando a cidade de mais maneira mais periférica e descentralizada que brancos de camada rica. Algumas pistas sobre tais dinâmicas espaciais passam por questões subjetivas, como a estigmatização de diversas áreas, recuperando a lógica de Fanon (1968) sobre a cidade colonial, a má fama da cidade do colonizado se associa a seus moradores também mal afamados.



SALVADOR E SUAS CORES [2020]
Ensino, pesquisa e extensão das relações étnico-raciais nos cursos
de arquitetura e urbanismo em África e Brasil

Figura 03: População negra e rica em São Paulo Figura 04: População branca e rica em São Paulo



Fonte: Elaboração da autora - dados França, 2017 Fonte: Elaboração da autora - dados França, 2017

Outro aspecto que aponta o racismo no espaço físico e dialoga com a segregação é o chamado racismo ambiental. Resultado das dinâmicas que conformam o um espaço desigual, como aspectos habitacionais ou de zoneamento urbano, esse fator aponta a maior vulnerabilidade da população não branca a ameaças ambientais, como poluição do ar, locais de descarte de lixo, por exemplo. Não só essa população é sujeita aos riscos, como não partilha de maneira igualitária do acesso a locais com benefícios ambientais, como parques, espaços verdes e alimentação natural. A falta de voz política e o enfraquecimento de órgãos ambientais de regulação podem ser apontados como fatores que corroboram com esse cenário. (Bullard, 1993; 2020)

O espaço urbano organiza então uma relação entre raça e privilégio, as quais são moldadas, em especial nessa realidade metropolitana que São Paulo representa, por forças como a expansão urbana, a pobreza concentrada e a segregação. (Squires; Kubrin, 2005; Dos Santos, 2012) A cidade materializa então essa estrutura de oportunidades, essencial para o bem estar urbano, a qual é ao mesmo tempo marcada por desigualdades raciais e outros padrões de hierarquia e ainda palco de disputas.



SALVADOR E SUAS CORES [2020]

Ensino, pesquisa e extensão das relações étnico-raciais nos cursos
de arquitetura e urbanismo em África e Brasil

Urbano e o Movimento Negro em São Paulo

A população preta, sistematicamente afastada dos espaços centrais da cidade como foi apontado anteriormente, sobrevive e vive como potência no espaço urbano. Assim, buscou-se investigar a influência do movimento negro no território, a partir de uma pesquisa teórica, mas também de algumas entrevistas com indivíduos atuantes no movimento negro contemporâneo. O objetivo do apanhado teórico e das entrevistas não foi fechar definições, mas abrir discussões sobre possibilidades de atuação a partir de experiências existentes. Inicialmente farei alguns apontamentos de momentos históricos que constroem o movimento negro na cidade de São Paulo.

É importante destacar nesse momento que a noção de movimento negro foi adotada em seu sentido mais amplo, abrangendo expressões culturais e outras iniciativas, para além da sociedade civil organizada. Dos Santos (1985) traz uma definição que ilustra bem essa noção:

Todas as entidades, de qualquer natureza, e todas as ações, de qualquer tempo (aí compreendidas mesmo aquelas que visam à autodefesa física e cultural do negro), fundadas e promovidas por pretos e negros. (...) Entidades religiosas, assistenciais, recreativas, artísticas, culturais e políticas; e ações de mobilização política, de protesto antidiscriminatório, de aquilombamento, de rebeldia armada, de movimentos artísticos, literários e “folclóricos” – toda esta complexa dinâmica, ostensiva ou invisível, extemporânea ou cotidiana, constitui movimento negro.

Nesse sentido, a intenção desse texto é destacar o caráter disruptivo de práticas sociais e culturais em proposições não hegemônicas e que contrariam a universalidade da colonialidade, tratando da questão racial frente a dimensão estrutural das desigualdades sociais e do racismo. Essas práticas de contestação, hoje cada vez mais descentralizadas, ocupam um lugar essencial na disputa política. Nessa perspectiva abrangente, o movimento negro é marcado por uma pluralidade de atuações e de agentes. Desde dos grupo que representam o “sentido estrito” do movimento, até organizações atuais como coletivos universitários, grupos culturais que organizam eventos como saraus em territórios periféricos e o movimento “*Black lives matter*”, vidas



SALVADOR E SUAS CORES [2020]

Ensino, pesquisa e extensão das relações étnico-raciais nos cursos
de arquitetura e urbanismo em África e Brasil

negras importam, em destaque internacionalmente no momento atual. Assim, diálogo com a cultura antirracista, trazida por Pereira, Maia e Lima (2020, p.178). Os autores apontam que “o processo de luta política também produz cultura, o que potencialmente influencia na construção de identidades e subjetividades por parte de atores sociais diversos a partir do contato com a luta política em si.”. Hall (2003) aponta também uma produção multicultural, que vem de espaços potenciais de “resistência, intervenção e tradução”, que em seu aspecto político buscam uma expansão das práticas democráticas da vida social, assim como a contestação de formatos racialmente excludentes. Exercem o que Hall (2003) chamou de direito do indivíduos ao dissenso, ou no sentido de Rancière (1996) uma ação política.

Assim, o samba, no exemplo de São Paulo, se fortalece em bairros que tiveram uma ocupação negra posterior a processos de urbanização higienista no século XX, as quais desagregaram territórios negros antes estruturados próximos ao centro. Ele não só se torna expressão desses lugares, mas é também um dispositivo de formação musical, que de maneira mais ampla, está presente em práticas sociais, culturais e políticas desses territórios não hegemônicos. Kaçula (2020) ilustra essa questão no bairro da Casa Verde ao trazer todas dinâmicas do samba, até a consolidação de grupos como o Unidos de Peruche.

Ademais, olhando para o movimento negro em estrito senso, ou seja, as entidades e ações que explicitamente realizam a luta antirracista, é necessário citar algumas organizações para que tenhamos esse “retrato” histórico paulistano. No início do século XX, uma série de instituições se articulavam, ganhando espaço também a imprensa negra, com 31 jornais circulando em São Paulo. Nesse momento, a Frente Negra Brasileira (FNB) aparece como um agente representativo, sendo a instituição fundada em São Paulo em 1931 e atua até o início da ditadura em 1937. (Domingues, 2007)

O movimento negro nesse momento se desenvolve no contexto do mito da democracia racial e entende as relações sociais ainda a partir dessa matriz, da benevolência do brasileiro e igualdade entre as raças. O lugar social do negro então é apontado como um



SALVADOR E SUAS CORES [2020]

Ensino, pesquisa e extensão das relações étnico-raciais nos cursos
de arquitetura e urbanismo em África e Brasil

resquício do período escravocrata e caberia ao negro superar seu complexo de inferioridade. (Dos Santos, 85)

A FNB possuiu sedes em alguns estados, chegando a superar 20 mil associados, atuando em diversas frentes, como educacional, cultural, esportivo, jurídico, de saúde, de formação política, além de possuir seu próprio jornal o “A Voz da Raça”. O objetivo da instituição era proporcionar a ascensão social do negro. Em 1936 a FNB tornou-se um partido político, mas não teve a chance de atuar como tal por conta da instauração do Estado Novo. (Domingues, 2007) É importante destacar o aspecto territorial da luta na FNB, como aponta Rolnik (89, p.10):

Para os membros da comunidade, a desmarginalização colocava-se claramente em termos territoriais – era preciso sair dos cômodos e porões para organizar um novo território negro, familiar. Essa foi uma das palavras de ordem da Frente Negra Brasileira, agremiação política fundada em 1931 que pregava a necessidade de instrução e organização da vida familiar nuclear na comunidade para que os negros pudessem atingir a igualdade com o branco. Uma das ações concretas dos membros da Frente em São Paulo foi comprar terrenos em loteamentos recém-abertos nas periferias da cidade e fundar núcleos negros formados por casas próprias. Casa Verde, Vila Formosa, Parque Peruche, Cruz das Almas e Bosque da Saúde são exemplos dessa nova forma de territorialização: em bairros inicialmente sem qualquer infra-estrutura e distantes do Centro, famílias negras começaram a edificar casas próprias em lotes comprados.

Para além da FNB e da imprensa negra, o movimento conta também nesse primeiro momento com outras estratégias como protestos organizados. Campanhas, por exemplo, de ingresso de Pretos na Força Pública de São Paulo, reivindicação da profissão de doméstica e reivindicações contra a violência policial. E ainda, os clubes de negros que marcavam atividades sociais e de lazer. Entretanto, no período de 1937 a 1945 há uma severa atenuação dessas movimentações como um todo. (Dos Santos, 1985)



SALVADOR E SUAS CORES [2020]
**Ensino, pesquisa e extensão das relações étnico-raciais nos cursos
de arquitetura e urbanismo em África e Brasil**

O momento seguinte traz novas dinâmicas, com a organização de espaços críticos de discussão como a I e II Convenção Nacional do Negro (1945 e 1946), a Conferência Nacional do Negro (1949) e o Primeiro Congresso do Negro Brasileiro (1950) e alguns pensadores intelectuais, como Guerreiro Ramos. Nesse contexto, o movimento começa a pautar a inserção simbólica da cultura afro-brasileira, para além de uma interpretação folclórica ou a partir de uma perspectiva da classe branca. Essa disputa reivindica um espaço imaterial e a valorização do negro tendo como exemplo o Teatro Experimental do Negro (TEN) organizado no Rio de Janeiro e traz a figura de Abdias do Nascimento.

Nesse retrato histórico que aqui ensaiamos, a ditadura militar surge como um momento de desmantelo desse formato de movimento negro, assim como de outras organizações sociais, mas também de endurecimento de opressões sofridas por boa parte da população negra. Entretanto, durante os anos 70 o movimento experimenta um ampliação, influenciada também pelo movimento norte americano e por diversas independências de países africanos, experimentando assim a identidade negra em apelos como “black is beautiful” - preto é lindo - e “black soul” - alma preta. Os bailes black também marcam o período, propondo não só lazer, mas práticas econômicas e oportunidades para mercados. Ademais, essas expressões são também formas de construção de identidade, para além dos estereótipos consolidados socialmente e que vão ser base para práticas futuras como o funk.

Em um contexto também de disputas sociais, como os movimentos sindicais no fim dos anos 70, e um novo questionamento de noções como a democracia racial se insere o surgimento do Movimento Negro Unificado (MNU), que trataremos aqui como um representante dessa terceira fase do movimento negro.

O MNU nasce em 1978, em resposta a dois acontecimentos discriminatórios que foram sofridos por quatro garotos do time infantil de voleibol do Clube de Regatas Tietê e por Robison Silveira da Luz, trabalhador, pai de família, acusado de roubar frutas numa feira que chegou a ser torturado e morto pela polícia. Articulando uma série de movimento atuantes naquela época, um ato na frente do Teatro Municipal de São Paulo marca esse nova frente. Identificando-se como organização marxista, de orientação trotskista,



SALVADOR E SUAS CORES [2020]
Ensino, pesquisa e extensão das relações étnico-raciais nos cursos
de arquitetura e urbanismo em África e Brasil

também marcado pelo internacionalismo ao buscar compreender outras experiências de luta que trazem a pauta racial, como libertação de diversos países africanos. O MNU traz uma perspectiva de emancipação do conjunto da classe, na qual a luta contra o racismo é decisiva⁹. O MNU discute diversas questões teóricas a partir do viés de raça, mas tem em suas reivindicações pautas urgentes para o povo preto, ainda hoje, como a denúncia à violência policial, ao genocídio do povo preto e as condições de trabalho.

Esse retrato chega então um momento mais contemporâneo, que seria uma representação do movimento negro hoje. Na atualidade, o movimento negro possui caráter plural e descentralizado em sua atuação, sendo possível destacar também a atuação feminina nessas disputas, abrindo portas interseccionais. A luta antirracista também tem chegado a locais onde historicamente não se acessava, como as universidades, além da atuação da própria cultura antirracista que busca propagar as lógicas não hegemônicas. (Pereira; Maia; Lima, 2020)

Assim, arrisco aqui uma generalização ao destacar alguns pontos que podem nos ajudar na compreensão desse movimento não homogêneo. As expressões culturais, como hip-hop, samba, outros gêneros musicais, além de literaturas, funk, pixo e diversas outras são fundamentalmente expressões que passam por uma vivência em territórios estigmatizados e não brancos. Assim como o samba, o rap nasce como narrativa e denúncia dessas vivências vinculadas ao território.

A produção de espaços de lazer, tão deficitários em determinadas áreas, vai desde os antigos bailes black até os contemporâneos bailes funk, construindo também uma identidade territorial. Por exemplo, o rap afirma a dignidade do jovem negro de periferia e critica a violência que estrutura a sociedade brasileira. (Garcia, 2018) Nesse contexto, o exemplo do pixo é uma das práticas mais territorializadas que dialogam com o aspecto da violência e apontam a dicotomia entre a cidade que Fanon entende em sua subjetividade como a “cidade do colono”, ou seja, a cidade formal, das elites. Uma prática que tenciona a noção do legítimo, em seus aspectos político e estético.

⁹ Informações obtidas em entrevista com integrante do Movimento, realizada em abril de 2020.



SALVADOR E SUAS CORES [2020]

Ensino, pesquisa e extensão das relações étnico-raciais nos cursos
de arquitetura e urbanismo em África e Brasil

Assim, frente ao racismo estrutural, ao avanço neoliberal, ao enfraquecimento de organizações populares, as práticas culturais produzidas por não brancos, pulsantes em áreas periféricas, reagem como formas de difundir informação, denúncia e lazer, trazendo uma potência de inclusão e identificação entre público e artista. (Garcia, 2018) A partir da reflexão apresentada, foram realizadas entrevistas com o objetivo de trazer alguns exemplos dessas atuações, investigando mais precisamente a sua atuação direta no território, mas também trazendo a subjetividade e a vida presentes nessas práticas. As entrevistas não buscaram fechar definições, mas levantar pautas e estratégias da luta antirracista.

Foram realizadas um total de seis entrevistas de maneira remota, tratando de quatro organizações, foram elas o Movimento Negro Unificado (MNU), o Coletivo Negro do Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST), o Coletivo Cartografias Negras e a Associação Comunidade Cultural Quilombaque. Os entrevistados foram em sua maioria mulheres, quatro de seis, com uma composição etária bastante variada. A entrevistas buscaram entender três eixos, sobre o histórico dos sujeitos e sua entrada no movimento, a formação e organização do movimento e sua atuação direta no território. Os movimentos entrevistados tem características bastante diversas. A escala e complexidade de atuação são múltiplas, desde de organizações de estrutura nacional, como o MNU e o MTST, até os grupos de atuação local como a Associação Quilombaque e o Coletivo Cartografias Negras, o que interfere também na extensão de suas atividades. Fundados em períodos diversos¹⁰, os movimentos também carregam em suas organizações os momentos históricos de criação.

Ensaio aqui então uma concisa sistematização dos dados coletados em entrevista em relação a atuação desses movimentos no território paulistano. O ponto inicial é o destaque da organização a partir de territórios periféricos, onde se encontra o povo preto. As organizações maiores – MNU e MTST - realizam subdivisões e atuam nesses espaços, o que molda as formas de atuação a partir dessas vivências. Por exemplo, quando em entrevista a integrante do MNU narra que apesar do movimento ser laico, já

¹⁰ O MNU é fundado em 1978, o MTST em 1997 – fazendo a ressalva de que o coletivo negro do movimento possui e torno de 2 anos -, a Associação Quilombaque foi fundada em 2005 e o coletivo Cartografias Negras em 2017.



SALVADOR E SUAS CORES [2020]
**Ensino, pesquisa e extensão das relações étnico-raciais nos cursos
de arquitetura e urbanismo em África e Brasil**

se discutiu a necessidade de diálogo com espaços como Igrejas Evangélicas, isso vem de um olhar para uma instituição que ganha força e se pulveriza nesses espaços periféricos agregando também o povo preto. É então a partir desses locais que se pensam as formas de organização, como pauta o entrevistado do MTST:

[...] O MTST optou por fazer uma luta por moradia a partir dos territórios. A gente poderia fazer uma luta a partir do centro, ocupação de prédios, mas o MTST optou por fazer por territórios [periféricos]. Porque, levando em conta a lógica da cidade, a gente percebe que os mais oprimidos, [...] a maioria está nas periferias. Pelo processo de construção [...] da cidade, que é cada vez que valoriza você vai expulsando os mais pobres pro fundão, vai cada vez mais expulsando e essas pessoas que tão no fundão ficam sem condição nenhuma. Em princípio, a gente tem que analisar isso, como que a questão racial envolve a questão da moradia. Na lógica da cidade quem vai pro fundão é sempre os negros, os desfavorecidos. Quando você chega em uma ocupação do MTST você percebe isso logo de cara, mais de 70% das pessoas são negras, negros e negras.

Ademais, esse ponto passa também pela inserção dos próprios entrevistados nas organizações e suas vivências pessoais. A Associação Quilombaque, formada por moradores de Perus na zona norte de São Paulo, que traz desde de sua formação a pauta do lazer e da cultura, busca com sua atuação o desenvolvimento local sustentável daquele espaço que eles também habitam.

O coletivo Cartografias Negras vai realizar uma inversão dessa atuação periférica ao pautar a presença do Negro nos territórios do centro. O grupo realiza as voltas negras, que a partir de um trabalho de pesquisa histórica fazem um percurso pela área central de São Paulo destacando espaços de atuação do povo preto que foram historicamente invisibilizados.

Tal atuação me leva ao segundo ponto a ser destacado, o aspecto de produção crítica de conhecimento e compartilhamento coletivo dessas reflexões. O coletivo faz isso de forma bastante clara, reivindicando o espaço histórico do preto na parcela da cidade lida como branca. O Coletivo Negro do MTST também traz um dimensão de pensamento crítico. Ainda que esteja em um momento ainda inicial de formação, além de realizar atos, o coletivo busca atuar na qualificação e disseminação de pautas, como poder popular e genocídio do povo preto, a partir da organização territorializada do MTST, por meio de um debate popular para alcançar a população periférica.



SALVADOR E SUAS CORES [2020]

Ensino, pesquisa e extensão das relações étnico-raciais nos cursos
de arquitetura e urbanismo em África e Brasil

A respeito do MNU a reflexão crítica também faz parte de sua dinâmica, e em especial eu gostaria de destacar o coletivo Raça e Território, atuante entre 1996 e 2002, que buscava produzir uma ideologia negra a partir da perspectiva dessa população, pautando questões como a segregação territorial e infraestrutura urbana desigual e a organização popular a partir desses espaços, tema ainda raro na academia de maneira geral.

Ademais, a Associação Quilombaque também traz um processo de construção de conhecimento com Universidade Livre e Colaborativa, que envolveu além da Quilombaque, outras instituições como o coletivo de educação Coruja e o Núcleo de Estudos da Paisagem (NEP) do LabCidade da FAU USP. A partir de processo de “aprendizagem em ação” foram valorizados saberes locais na busca da construção de um “conhecimento crítico, sensível e potencialmente transformador.” (Sandeville, Fernandes, Bortoto, 2016, p.05)

Tal processo durou em torno de três anos, buscando ressaltar espaços importantes de afeto e memória, como forma de qualificar uma discussão coletiva com a participação dos moradores a respeito da paisagem, da dimensão ambiental no local e incentivar o desenvolvimento territorial. A Universidade Livre e Colaborativa era aberta a participação de todos, chegando a realizar atividades em diversos locais do território.

Como um dos resultados desse processo cabe destacar aqui a inserção do território Jaraguá Perus como Território de Interesse da Cultura e da Paisagem (TICP), um instrumento do Plano Diretor de São Paulo, de 2014. O Estado paulistano reconheceu então a importância do território de Perus/Jaraguá, inserindo-o nessa categoria juntamente com a área da Paulista/Luz. Ademais, como desdobramento de todo esse processo, foi desenvolvido também o Museu Territorial Tekoa Jopo’í e foi criada também a Agência de turismo Queixada buscando o desenvolvimento de turismo de base comunitária.

A experiência da Quilombaque levanta um outro ponto, a institucionalidade desses movimentos. É possível observar no desdobramento da luta em Perus na afirmação do território como TICP um diálogo com o Poder Público, o qual também se faz presente



SALVADOR E SUAS CORES [2020]
Ensino, pesquisa e extensão das relações étnico-raciais nos cursos
de arquitetura e urbanismo em África e Brasil

nas reivindicações de moradia popular por parte do MTST. Entretanto, esse não é um formato engessado, aparecendo atuações de coletivos pequenos ou até individuais na experiência do coletivo Cartografias Negras e até no início da própria Quilombaque.

O quarto e último ponto que gostaria de destacar é a capacidade do olhar racializado abranger não apenas as pautas históricas do movimento negro, como denúncia ao genocídio do povo preto e do encarceramento em massa que aparecem nas falas dos representantes do MNU, MTST e Associação Quilombaque, mas de fato estruturar outras disputas sociais como a luta por moradia e o desenvolvimento territorial, passando por disputas simbólicas de identidade e reconhecimento como nas voltas negras do Cartografia Negras e no Museu Territorial Tekoa Jopo'i. Ademais, a abrangência da questão racial chega até outras lutas com a de gênero e LGBT, presentes nas falas do MNU e MTST, mostrando o caráter inclusivo e interseccional dessas práticas antirracistas.

Conclusão

O texto aqui apresentado buscou investigar a relação entre a produção urbana e a categoria de raça. Para tal, apresentou noção raça a partir de relações de base colonial, e então realizou um apanhado sobre a produção da cidade de São Paulo no fim do século XIX e início do século XX a partir de uma perspectiva racial explicitando como medidas supostamente imparciais moldaram a estrutura desigual existente hoje. Além disso, buscou levantar algumas pistas sobre as relação entre urbano e raça na atualidade.

Ademais, utilizando como agente de análise o movimento negro, buscou mostrar sua atuação na capital Paulista até a atualidade e salientar sua relação com o território, visando destacar como tais práticas podem apresentar alternativas para o desenvolvimento de um espaço urbano mais igualitário. As entrevistas abrangem organizações extremamente diversas com formas diferentes de atuação, desde institucionais a individuais, mas se encontram na busca pelo bem-estar urbano para os



SALVADOR E SUAS CORES [2020]
Ensino, pesquisa e extensão das relações étnico-raciais nos cursos
de arquitetura e urbanismo em África e Brasil

espaços periféricos, na produção de conhecimento crítico que disputa as noções hegemônicas de cidade, e em um caráter inclusivo.

Referências

- ALMEIDA, Silvio de.** O que é racismo estrutural? Editora Letramento, 2018
- BULLARD, Robert D.** Race and Environmental Justice in the United States. Yale Journal of International Law, Vol. 18:319, 1993.
- BULLARD, Robert.** African Americans Need a Strong and Independent Federal EPA. Opednews: 21 jan. 2017. Disponível em: <<https://www.opednews.com/articles/African-Americans-Need-a-S-by-RobertBullard-African-Americans-Black-History-Month-Civil-Rights-Violations-Climate-170221-71.html>>. Acesso em: 31 de maio 2020.
- CAMPOS, Andreino de Oliveira.** O PLANEJAMENTO URBANO E A “INVISIBILIDADE” DOS AFRODESCENDENTES Discriminação étnico-racial, intervenção estatal e segregação sócioespacial na cidade do Rio de Janeiro. Tese de doutorado, UFRJ, 2006.
- DO NASCIMENTO, Débora Fernandes.** O Prefeito Antônio Prado e a população negra da cidade de São Paulo (1899 - 1911). In: ENANPUR, XVIII, 2019, Natal. Anais eletrônicos, Natal, 2019. Disponível em: <<http://anpur.org.br/xviiienanpur/anais-sts/#>> Acesso em: 23 de agosto 2020.
- DOS SANTOS, Joel Rufino.** O Movimento Negro e a crise brasileira. *Política e Administração*, v. 2, jul.-set. de 1985, p. 287-307
- DOS SANTOS, Renato Emerson.** Questões Urbanas e Racismo. DP et Alii Editora Ltda. PETRÓPOLIS, 2012.
- FANON, Frantz.** Os Condenados da Terra. Editora civilização brasileira S.A. Rio de Janeiro, 1968.
- FIELDS, Desiree; RAYMOND, Elora. Housing.** Financialization and Racial Capitalism After the Global Financial Crisis. In: ROY, Ananya; MALSON, Hilary. Housing Justice In Unequal Cities. California, Institute on Inequality and Democracy at the University of California, 2016. p. 145 - 154.
- FRANÇA, Danilo Sales do Nascimento.** Segregação racial em São Paulo: residências, redes pessoais e trajetórias urbanas de negros e brancos no século XXI. Tese (doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- GARCIA, Walter.** Um mapa das relações entre o rap das periferias de São Paulo e o samba. Rev. Inst. Estud. Bras., São Paulo , n. 70, p. 208-229, Aug. 2018 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0020-



SALVADOR E SUAS CORES [2020]

Ensino, pesquisa e extensão das relações étnico-raciais nos cursos
de arquitetura e urbanismo em África e Brasil

[38742018000200208&lng=en&nrm=iso](https://doi.org/10.11606/issn.2316901x.v0i70p208-229)>. access on 21 Aug. 2020.
<https://doi.org/10.11606/issn.2316901x.v0i70p208-229>.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Democracia racial: o ideal, o pacto e o mito. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, v. no 2001, n. 61, p. 147-162, 2001

HALL, Stuart. A questão multicultural [2000]. In *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2003. p. 49-93.

HARVEY, David. 17 contradições e o fim do capitalismo. Editora Boitempo. São Paulo, 2016.

KAÇULA, Tadeu. Casa Verde: uma pequena África paulistana. Editora Liber Ars. São Paulo, 2020

LIRA, José Tavares Correia de.. O urbanismo e seu outro: Raça, cultura e cidade no Brasil (1920 1945). In: *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, n. 1, pp. 47-78. 1999

MARTINS, José de Souza. O cativo da terra. São Paulo: Editora Contexto, 2010

MBEMBE, Achille. Crítica da razão negra. ANTÍGONA EDITORES REFRACTÁRIOS. Lisboa, 2014.

PATERNIANI, Stella Zagatto. DA BRANQUIDADE DO ESTADO NA OCUPAÇÃO DA CIDADE. *Rev. bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 31, n. 91, e319109, 2016. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092016000200509&lng=en&nrm=iso>. access on 23 Aug. 2020. Epub July 04, 2016. <https://doi.org/10.17666/319109/2016>.

PATERNIANI, Stella Zagatto. São Paulo cidade negra: branquidade e afrofuturismo a partir de lutas por moradia. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, 2019.

PEREIRA, Amilcar Araujo; MAIA, Jorge Lucas; LIMA, Thayara Cristine Silva de. Os “rolês” do movimento negro brasileiro na atualidade, nas “pegadas” da educação. *Rev. Inst. Estud. Bras.*, São Paulo, n. 75, p. 162-183, Apr. 2020. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0020-38742020000100162&lng=en&nrm=iso>. access on 23 Aug. 2020. Epub May 15, 2020. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901x.v0i75p162-183>.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.



SALVADOR E SUAS CORES [2020]

Ensino, pesquisa e extensão das relações étnico-raciais nos cursos
de arquitetura e urbanismo em África e Brasil

ROLNIK, Raquel. A cidade e a lei, legislação política urbana e territórios na cidade de São Paulo. Livraria Nobel S.A.. São Paulo, 1997.

ROLNIK, Raquel. Territórios Negros nas Cidades Brasileiras: etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro. Revista de Estudos Afro-asiáticos, Rio de Janeiro, n. 17, p.1-17, set. 1989. Disponível em: <<https://raquelrolnik.files.wordpress.com/2013/04/territ3b3rios-negros.pdf>>. Acesso em: 05 de setembro de 2019

SANDEVILLE JÚNIOR, Euler; FERNANDES, Gabriel de Andrade; BORTOTO, Regina Célia Soares. Universidade livre e colaborativa em Perus: uma experiência didático-pedagógica de aprendizagem colaborativa. In: Arquitectura y calidad socioambiental en ciudades del Cono Sur. Organização: Luis Muller e Maria Lucia Refinetti Martins. (Org.). São Paulo; Buenos Aires: FAU USP (Brasil) e FADU UNL (Argentina), 2016, p. 135-147.

SQUIRES, Gregory D.; KUBRIN, Charis E. Privileged Places: Race, Uneven Development and the Geography of Opportunity in Urban America. Urban Studies, Vol. 42, No. 1, 47 – 68, 2005